



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

HERYCA KAROLLINY SANTOS DE OLIVEIRA

**A INCLUSÃO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA:
DESAFIOS E CONQUISTAS DE PROFESSORES EM ESCOLAS NO MUNICÍPIO
DE CAMPINA GRANDE- PB**

**CAMPINA GRANDE-PB
2019**

HERYCA KAROLLINY SANTOS DE OLIVEIRA

**A INCLUSÃO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA:
DESAFIOS E CONQUISTAS DE PROFESSORES EM ESCOLAS NO MUNICÍPIO
DE CAMPINA GRANDE- PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado em formato de pesquisa, ao Curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de licenciado em Educação Física.

Orientador: Prof. Dr. José Eugênio Eloi Moura

**CAMPINA GRANDE-PB
2019**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

O48i Oliveira, Heryca Karolliny Santos de.

A inclusão nas aulas de Educação Física [manuscrito] : desafios e conquistas de professores em Escolas no município de Campina Grande- PB / Heryca Karolliny Santos de Oliveira. - 2019.

34 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação Física) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde , 2019.

"Orientação : Prof. Esp. José Eugênio Eloi Moura , Coordenação do Curso de Licenciatura em Educação Física - CCBS."

1. Educação Física. 2. Deficientes. 3. Inclusão social. I.

Título

21. ed. CDD 613.7

EDUARDO EWERTON DIAS SALES

**FERMENTAÇÃO DE ÁGUA DE COCO SECO (*Cocos nucifera* L.) PARA
PRODUÇÃO DE AGUARDENTE**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de Farmácia da
Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito parcial à obtenção do título de
Bacharel em Farmácia.

Área de concentração: Bromatologia

Aprovado em: 10/12/2019.

BANCA EXAMINADORA

Flávia Carolina Alonso Buriti
Prof.^a Dr.^a Flávia Carolina Alonso Buriti (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Pablícia Oliveira Galdino
Prof.^a Dr.^a Pablícia Oliveira Galdino
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Eliane Rolim Florentino
Prof.^a Dr.^a Eliane Rolim Florentino
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Aos melhores exemplos de seres humanos que pude ter, a minha família. Linda e iluminada família de coração puro e cheio de amor, sempre alegre e unida, por sempre me educar, apoiar e por tudo que fizeram até hoje por mim, e aos meus amigos DEDICO.

“Para que a inclusão seja pertinente, a educação deverá torná-la evidente.”
Gretchen Stipp

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC:	Base Nacional Comum Curricular
CENESP:	Centro Nacional de Educação Especial (CENESP)
CPB:	Comitê Paraolímpico Brasileiro
EPT:	Esporte para Todos
LDBEN:	Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional
PCN's:	Parâmetros Curriculares Nacionais

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	12
2.1	<i>PROCESSO DE INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO</i>	12
2.1.1	<i>A Declaração de Salamanca</i>	13
2.1.2	<i>Principais Decretos, Portarias, Resoluções, Notas Técnicas e Leis em Ordem Cronológica</i>	14
2.1.2.1	<i>Inclusão nas Aulas de Educação Física</i>	18
2.1.2.1.1	<i>Breve Relato das Paralimpíadas Escolares</i>	20
3	METODOLOGIA	23
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	24
5	CONCLUSÃO	27
	REFERÊNCIAS	28
	APÊNDICE A	31

**A INCLUSÃO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA:
DESAFIOS E CONQUISTAS DE PROFESSORES EM ESCOLAS NO MUNICÍPIO
DE CAMPINA GRANDE- PB**

**INCLUSION IN PHYSICAL EDUCATIONS CLASSES: CHALLENGES
AND ACHIEVEMENTS OF TEACHERS IN CAMPINA GRANDE-PB
SCHOOLS**

Oliveira, Heryca Karolliny Santos de.

RESUMO

Sabe-se que nos dias de hoje é comum encontrar pessoas com necessidades especiais nas escolas regulares, e também tem se visto um grande aumento de pessoas com deficiência nas escolas. O presente estudo tem como objetivo apresentar os desafios e conquistas encontradas pelos professores em incluir os alunos com deficiência nas aulas de Educação Física, através de uma pesquisa de campo que utilizará como instrumento de pesquisa a entrevista, no município de Campina Grande-PB, com questões estruturadas, acerca dos desafios enfrentados pelo profissional diante da inclusão e suas conquistas. Para isso será realizado um estudo com quatro professores que se dedicam e movimentam a cidade com oficinas e eventos paralímpicos visando dar o primeiro contato com o esporte para os alunos com deficiência e estimular a inclusão com crianças e jovens na escola. E isso tem se tornado algo cada vez mais importante no cenário da educação.

Palavras-chave: Inclusão. Educação Física. Deficientes.

ABSTRACT

It is well known that it is common nowadays to meet people with special needs in regular schools, and there has also been a large increase in people with disabilities in schools. The present study aims to present the challenges and achievements encountered by teachers in including students with disabilities in Physical Education classes, through a field research that will use the interview as a research tool in the city of Campina Grande-PB, with structured questions about the challenges faced by professionals in the face of inclusion and their achievements. To this end, a study will be conducted with four teachers who dedicate themselves and move the city with workshops and Paralympic events aimed at giving first contact with sports to students with disabilities and encouraging inclusion with children and youth in school. And this has become increasingly important in the education landscape.

Keywords: Inclusion. Physical education. Deficient.

1 INTRODUÇÃO

No atual sistema educacional nos deparamos com uma proposta de ensino/aprendizagem, priorizando a diversidade e a inclusão. Nos dias de hoje é comum encontrar pessoas com necessidades especiais nas escolas regulares. Este novo sistema educacional requer conhecimentos e ideias novas que tenham o objetivo maior de incluir todos, independentemente de qualquer condição física.

Neste sentido, o presente estudo tem como objetivo apresentar os desafios e conquistas encontradas pelos professores em incluir os alunos com deficiência nas aulas de Educação Física, através de uma pesquisa de campo que utilizará como instrumento de pesquisa a entrevista, no município de Campina Grande-PB, com questões estruturadas, acerca dos desafios enfrentados pelo profissional diante da inclusão e suas conquistas. Para isso foi realizado um estudo com quatro professores de escolas regulares, que se dedicam, levam alunos atletas para competições, movimentam a cidade com oficinas, eventos paralímpicos e que visa dar o primeiro contato com o esporte aos alunos com deficiência e estimular a inclusão com crianças e jovens na escola. E isso tem se tornado algo cada vez mais importante no cenário da educação. Sendo assim, segundo os PCN'S (1997, p. 30) "Na escola, portanto, quem deve determinar o caráter de cada dinâmica coletiva é o professor, a fim de viabilizar a inclusão de todos os alunos. Esse é um dos aspectos que diferencia a prática corporal dentro e fora da escola". Neste entanto, o estudo tem como tema: A Inclusão nas Aulas de Educação Física: Desafios e Conquistas de Professores em escolas do município de Campina Grande- PB.

A abordagem dessa temática é bastante importante, pois trará para o professor de Educação Física os principais desafios e também conquistas para que possam criar possibilidades para superar as barreiras da exclusão.

Partindo desses princípios, acima mencionados, surgiu o problema desta pesquisa que se apresenta na seguinte questão: Quais os desafios e conquistas encontrados pelos professores de Educação Física e suas opiniões acerca do tema.

O trabalho é estruturado em quatro capítulos: Fundamentação teórica com a Declaração de Salamanca, principais decretos, portarias, resoluções, notas técnicas e leis referentes a inclusão. Como também a inclusão nas aulas de Educação Física e uma breve história das paralimpíadas escolares. Metodologia, apresentação da análise de dados e a conclusão.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. PROCESSO DE INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO

Quando se fala de inclusão não tem como não se falar de exclusão, aqueles que por alguma razão estão sendo rejeitados em um grupo de maneira sutil ou não, mas que de alguma forma não estão sendo incluídos no conjunto ou na convivência coletiva.

O tema inclusão é objeto de muitos debates que vem de muitos anos e de uma evolução histórica que envolve concepções políticas e pedagógicas, das experiências e vivências de professores, familiares e especialmente dos próprios alunos, fazendo com que ao longo do tempo surja novas conquistas e novos ajustes.

Segundo Carvalho (2000), ao final do século XX muitos conflitos e transformações aconteceram, principalmente, no contexto da educação especial presente no Brasil desde o período imperial. Surgem, então, as expressões “Educação para todos”, “Todos na escola”, “Escola para todos”. Porém, a autora ressalta que a ideologia da educação inclusiva vem sendo difundida desde o século XVIII por Pestalozzi e Froebel quando eles afirmavam a importância do “respeito à individualidade de cada criança” (CARVALHO, 2000, p.145).

A Lei nº 4.024 de 1961 – Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN) garantia o direito à educação em escolas regulares para as crianças portadoras de alguma deficiência ou superdotadas. Entretanto, na década de 70, houve um retrocesso na caminhada da política inclusiva com a lei nº 5.692/71 que defendia o tratamento especializado para os alunos com necessidades especiais, reforçando, assim, a segregação desses alunos em salas especiais. Nesse período cria-se o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) responsável pela educação especial no Brasil difundindo o movimento da integração escolar dos indivíduos com restrições físicas ou mentais (AMARAL, 2014).

Em 1999, o decreto nº 3.298, regulamentou a Lei nº 7.853/89, que dispunha sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência e estabeleceu o conceito de deficiência, definiu quem são e como assegurá-los. Na mesma década, tanto a Declaração Mundial de Educação para Todos como a Declaração de Salamanca (1994) passaram a influenciar a formulação das políticas públicas de inclusão na educação.

A convenção de Guatemala em 1999, regulamentada no Brasil pelo decreto de nº 3.956/2001 considerou a educação especial, no contexto da diferenciação, exigindo uma nova interpretação dessa educação, para realmente eliminar as barreiras que dificultam o acesso de pessoas com deficiência, que têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais, à escolarização. Nessa perspectiva, a Lei nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional priorizou esta nova visão educacional e os art. 24, inciso V e o art. 37, parágrafo primeiro da LDB evidenciam de que maneira a educação básica deve-se organizar: “oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames” (BRASIL, 2007, p.3).

Em 2006, a Secretaria dos Direitos Humanos, os Ministérios da Educação e da Justiça e a UNESCO elaboraram o “Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos”, que defende a inclusão de assuntos relacionados às deficiências no currículo da Educação Básica. Além de reivindicar ações que incentivem o acesso dos alunos com deficiência ao ensino superior (BRASIL, 2007). Sendo assim (BRASIL, 2007) destaca, a educação inclusiva é a confirmação de direitos humanos.

Pois, a educação inclusiva “é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação” (BRASIL, 2007, p. 2).

Em 2015 foi promulgada a Lei Brasileira de Inclusão, conhecida como **Estatuto da Pessoa com Deficiência**, que trata de diversos aspectos relacionados à inclusão das pessoas com deficiência. No capítulo IV, a lei aborda o acesso à Educação e traz avanços importantes, como a proibição da cobrança pelas escolas de valores adicionais pela implementação de recursos de acessibilidade. O texto diz que o sistema educacional deve ser inclusivo em todos os níveis, mas não cita explicitamente que a matrícula de alunos com deficiência deva se dar na rede regular em vez de escolas especiais, o que é um ponto de controvérsias.

Nesse mesmo contexto, a Base Nacional Comum Curricular é um grande avanço para a educação brasileira, pois abre oportunidades para uma educação mais inclusiva, que parta do olhar para o aluno e suas singularidades. Ela amplia as possibilidades para que as escolas busquem novas alternativas para ensinar a todos. Durante sua elaboração a disputa se deu pela retirada do texto introdutório de detalhamentos sobre a Educação Inclusiva, um trecho que havia sido redigido por meio de contribuições de entidades e pesquisadores que trabalham com o tema. Além disso, o documento cita a necessidade de uma "diferenciação curricular", o que é repudiado por especialistas, por ser uma forma de discriminação.

Em 2019 com o decreto N° 9.465, cria a Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação, extinguindo a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi). A pasta é composta por três frentes: Diretoria de Acessibilidade, Mobilidade, Inclusão e Apoio a Pessoas com Deficiência; Diretoria de Políticas de Educação Bilíngue de Surdos; e Diretoria de Políticas para Modalidades Especializadas de Educação e Tradições Culturais Brasileiras.

É notável as mudanças que ocorreram no processo de inclusão de alunos com deficiência nas escolas, nas últimas décadas. Algumas leis asseguram e percebe-se uma evolução nas políticas de inclusão que garantem a inclusão no processo de ensino aprendizagem.

2.1.1 A Declaração de Salamanca

Documento elaborado na Conferência Mundial sobre Educação Especial, em Salamanca, na Espanha, em 1994, com o objetivo de fornecer diretrizes básicas para a formulação e reforma de políticas e sistemas educacionais de acordo com o movimento de inclusão social.

A Declaração de Salamanca é considerada um dos principais documentos mundiais que visam a inclusão social, ao lado da Convenção de Direitos da Criança (1988) e da Declaração sobre Educação para Todos de 1990. Ela é o resultado de uma tendência mundial que consolidou a educação inclusiva, e cuja origem tem sido atribuída aos movimentos de direitos humanos e de desinstitucionalização manicomial que surgiram a partir das décadas de 60 e 70.

É também considerada inovadora porque, conforme diz seu próprio texto, ela “... proporcionou uma oportunidade única de colocação da educação especial dentro da estrutura de “educação para todos” firmada em 1990 (...) promoveu uma

plataforma que afirma o princípio e a discussão da prática de garantia da inclusão das crianças com necessidades educacionais especiais nestas iniciativas e a tomada de seus lugares de direito numa sociedade de aprendizagem”.

Ampliou o conceito de necessidades educacionais especiais, incluindo todas as crianças que não estejam conseguindo se beneficiar com a escola, seja por que motivo for. Assim, a ideia de “necessidades educacionais especiais” passou a incluir, além das crianças portadoras de deficiências, aquelas que estejam experimentando dificuldades temporárias ou permanentes na escola, as que estejam repetindo continuamente os anos escolares, as que sejam forçadas a trabalhar, as que vivem nas ruas, as que moram distantes de quaisquer escolas, as que vivem em condições de extrema pobreza ou que sejam desnutridas, as que sejam vítimas de guerra ou conflitos armados, as que sofrem de abusos contínuos físicos, emocionais e sexuais, ou as que simplesmente estão fora da escola, por qualquer motivo que seja.

Uma das implicações educacionais orientadas a partir da Declaração de Salamanca refere-se à inclusão na educação. Segundo o documento, “o princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças deveriam aprender juntas, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter. As escolas inclusivas devem reconhecer e responder às diversas necessidades de seus alunos, acomodando tanto estilos como ritmos diferentes de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de currículo apropriado, modificações organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parceiras com a comunidade (...) Dentro das escolas inclusivas, as crianças com necessidades educacionais especiais deveriam receber qualquer apoio extra que possam precisar, para que se lhes assegure uma educação efetiva (...)”.

2.1.2 PRINCIPAIS DECRETOS, PORTARIAS, RESOLUÇÕES, NOTAS TÉCNICAS E LEIS EM ORDEM CRONOLÓGICA

1961–LeiNº4.024

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) fundamentava o atendimento educacional às pessoas com deficiência, chamadas no texto de “excepcionais” (atualmente, este termo está em desacordo com os direitos fundamentais das pessoas com deficiência). Segue trecho: “A Educação de excepcionais, deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de Educação, a fim de integrá-los na comunidade.”

1971–LeiNº5.692

A segunda lei de diretrizes e bases educacionais do Brasil foi feita na época da ditadura militar (1964-1985) e substituiu a anterior. O texto afirma que os alunos com “deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial”. Essas normas deveriam estar de acordo com as regras fixadas pelos Conselhos de Educação. Ou seja, a lei não promovia a inclusão na rede regular, determinando a escola especial como destino certo para essas crianças.

1988–Constituição Federal

O artigo 208, que trata da Educação Básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos, afirma que é dever do Estado garantir “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. Nos artigos 205 e 206, afirma-se, respectivamente, “a Educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho” e “a igualdade de condições de acesso e permanência na escola”.

1989–LeiNº7.853

O texto dispõe sobre a integração social das pessoas com deficiência. Na área da Educação, por exemplo, obriga a inserção de escolas especiais, privadas e públicas, no sistema educacional e a oferta, obrigatória e gratuita, da Educação Especial em estabelecimento público de ensino. Também afirma que o poder público deve se responsabilizar pela “matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoas portadoras de deficiência capazes de se integrarem no sistema regular de ensino”. Ou seja: excluía da lei uma grande parcela das crianças ao sugerir que elas não são capazes de se relacionar socialmente e, conseqüentemente, de aprender. O acesso a material escolar, merenda escolar e bolsas de estudo também é garantido pelo texto.

1990–LeiNº8.069

Mais conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei Nº 8.069 garante, entre outras coisas, o atendimento educacional especializado às crianças com deficiência preferencialmente na rede regular de ensino; trabalho protegido ao adolescente com deficiência e prioridade de atendimento nas ações e políticas públicas de prevenção e proteção para famílias com crianças e adolescentes nessa condição.

1994–Política Nacional de Educação Especial:

Em termos de inclusão escolar, o texto é considerado um atraso, pois propõe a chamada “integração instrucional”, um processo que permite que ingressem em classes regulares de ensino apenas as crianças com deficiência que “(...) possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos “normais” (atualmente, este termo está em desacordo com os direitos fundamentais das pessoas com deficiência)”. Ou seja, a política excluía grande parte dos alunos com deficiência do sistema regular de ensino, “empurrando-os” para a Educação Especial.

1996–LeiNº9.394

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) em vigor tem um capítulo específico para a Educação Especial. Nele, afirma-se que “haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de Educação Especial”. Também afirma que “o atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a integração nas classes comuns de ensino regular”. Além disso, o texto trata da formação dos professores e de currículos, métodos,

técnicas e recursos para atender às necessidades das crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

1999–DecretoNº3.298

O decreto regulamenta a Lei nº 7.853/89, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência e consolida as normas de proteção, além de dar outras providências. O objetivo principal é assegurar a plena integração da pessoa com deficiência no “contexto socioeconômico e cultural” do País. Sobre o acesso à Educação, o texto afirma que a Educação Especial é uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino e a destaca como complemento do ensino regular.

2001–LeiNº10.172

O Plano Nacional de Educação (PNE) anterior, criticado por ser muito extenso, tinha quase 30 metas e objetivos para as crianças e jovens com deficiência. Entre elas, afirmava que a Educação Especial, “como modalidade de Educação escolar”, deveria ser promovida em todos os diferentes níveis de ensino e que “a garantia de vagas no ensino regular para os diversos graus e tipos de deficiência” era uma medida importante.

2001–ResoluçãoCNE/CEBNº2

O texto do Conselho Nacional de Educação (CNE) institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Entre os principais pontos, afirma que “os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma Educação de qualidade para todos”. Porém, o documento coloca como possibilidade a substituição do ensino regular pelo atendimento especializado. Considera ainda que o atendimento escolar dos alunos com deficiência tem início na Educação Infantil, “assegurando-lhes os serviços de educação especial sempre que se evidencie, mediante avaliação e interação com a família e a comunidade, a necessidade de atendimento educacional especializado”.

2002–ResoluçãoCNE/CPNº1/2002

A resolução dá “diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena”. Sobre a Educação Inclusiva, afirma que a formação deve incluir “conhecimentos sobre crianças, adolescentes, jovens e adultos, aí incluídas as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais”.

2002–LeiNº10.436/02

Reconhece como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais (Libras).

2005–DecretoNº5.626/05

Regulamenta a Lei Nº 10.436, de 2002

2006–Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos

Documento elaborado pelo Ministério da Educação (MEC), Ministério da Justiça, Unesco e Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Entre as metas está a

inclusão de temas relacionados às pessoas com deficiência nos currículos das escolas.

2007–Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)

No âmbito da Educação Inclusiva, o PDE trabalha com a questão da infraestrutura das escolas, abordando a acessibilidade das edificações escolares, da formação docente e das salas de recursos multifuncionais.

2007–DecretoNº6.094/07

O texto dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação do MEC. Ao destacar o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos com deficiência, o documento reforça a inclusão deles no sistema público de ensino.

2008 – Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

Documento que traça o histórico do processo de inclusão escolar no Brasil para embasar “políticas públicas promotoras de uma Educação de qualidade para todos os alunos”.

2008–DecretoNº6.571

Dispõe sobre o atendimento educacional especializado (AEE) na Educação Básica e o define como “o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular”. O decreto obriga a União a prestar apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino no oferecimento da modalidade. Além disso, reforça que o AEE deve estar integrado ao projeto pedagógico da escola.

2009–ResoluçãoNº4CNE/CEB

O foco dessa resolução é orientar o estabelecimento do atendimento educacional especializado (AEE) na Educação Básica, que deve ser realizado no contraturno e preferencialmente nas chamadas salas de recursos multifuncionais das escolas regulares. A resolução do CNE serve de orientação para os sistemas de ensino cumprir o Decreto Nº 6.571.

2011-DecretoNº7.611

Revoga o decreto Nº 6.571 de 2008 e estabelece novas diretrizes para o dever do Estado com a Educação das pessoas público-alvo da Educação Especial. Entre elas, determina que sistema educacional seja inclusivo em todos os níveis, que o aprendizado seja ao longo de toda a vida, e impede a exclusão do sistema educacional geral sob alegação de deficiência. Também determinam que o Ensino Fundamental seja gratuito e compulsório, asseguradas adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais, que sejam adotadas medidas de apoio individualizadas e efetivas, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena, e diz que a oferta de Educação Especial deve se dar preferencialmente na rede regular de ensino.

2011-DecretoNº7.480

Até 2011, os rumos da Educação Especial e Inclusiva eram definidos na Secretaria de Educação Especial (Seesp), do Ministério da Educação (MEC). Hoje, a pasta está vinculada à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi).

2012–Leinº12.764

A lei institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

2014–Plano Nacional de Educação(PNE)

A meta que trata do tema no atual PNE, como explicado anteriormente, é a de número 4. Sua redação é: “Universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados”. O entrave para a inclusão é a palavra “preferencialmente”, que, segundo especialistas, abre espaço para que as crianças com deficiência permaneçam matriculadas apenas em escolas especiais.

2019 - Decreto Nº 9.465

Cria a Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação, extinguindo a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi). A pasta é composta por três frentes: Diretoria de Acessibilidade, Mobilidade, Inclusão e Apoio a Pessoas com Deficiência; Diretoria de Políticas de Educação Bilíngue de Surdos; e Diretoria de Políticas para Modalidades Especializadas de Educação e Tradições Culturais Brasileiras.

Ao analisar esse processo histórico, observam-se as importantes mudanças que já aconteceram no processo de inclusão na educação.

2.1.2.1 INCLUSÃO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

São vários tipos de deficiências encontradas nas escolas como cognitivas, físico motoras, entre outras, onde os profissionais de Educação Física precisam estar preparados para lidar e incluí-los em suas aulas. Pois suas aulas têm como objetivo despertar nos alunos o interesse em envolver-se com as atividades e exercícios corporais criando convivências harmoniosas e construtivas com outros cidadãos, sendo capazes de reconhecer e respeitar as características físicas e desempenho de si próprio e de outros indivíduos. Como também estimular o aluno a ter atitudes de respeito mútuo, dignidade e solidariedade para com o próximo, valorizando, conhecendo e aceitando a exposição da cultura corporal dos diferentes grupos, transfazendo em meios para o convívio entre pessoas de diferentes círculos sociais e capacidades físicas.

Na educação, o conceito de inclusão, como conhecido atualmente, atravessou diferentes fases e surgiu principalmente para combater o que há muito tem ocorrido em nossa sociedade: a exclusão de deficientes. Este conceito tem sido constantemente repensado, para que a inclusão de tantos diferentes seja almejada

através de um esforço duplo, transformando, simultaneamente, escola e aluno (SASSAKI 1997 apud Ferreira 2014).

A inclusão nada mais é do que inserir, introduzir, fazer parte, não apenas com outro indivíduo, mas sim com todas as pessoas de “modo igualitário”, pois vivemos em uma sociedade e não isolados uns dos outros. Deste modo, um mundo inclusivo é aquele em que todas as pessoas têm oportunidades de ser e estar inseridas na sociedade de forma participativa. (Ferreira 1993 apud Silveira, Itani, Branco & Kawashima).

A inclusão é a modificação da sociedade como pré-requisito para que pessoa com necessidades especiais possa buscar seu desenvolvimento e exercer a cidadania. (Sasaki 1997 apud Fernandes & Júlio, 2010). Para este autor o processo inclusivo é um fenômeno amplo, com mudanças e transformações individuais e sociais em escalar maior ou menor tanto do ponto de vista físico quanto mental dos indivíduos, e neste caso em particular da própria pessoa com necessidade especial. Para promover uma sociedade que aceite e valorize as diferenças individuais, aprenda a conviver dentro da diversidade humana, através da compreensão e da cooperação (Cidade & Freitas, 1997 apud Seabra Júnior, Silva, Araújo, & Almeida, 2004).

O professor de Educação Física deve estar preparado e motivado para desenvolver conteúdos estimulantes e criativos, adaptando-os aos diferentes níveis de aprendizagem e limitações de seus alunos. Para garantir a oportunidade de educação a todos estes alunos com deficiências. E assim o professor poderá contribuir para o pleno desenvolvimento de seus alunos (Cardoso & Bastilha, 2010).

Segundo o documento:

Por desconhecimento, receio ou mesmo preconceito, a maioria dos portadores de deficiências físicas foram (e são) excluídos das aulas de Educação Física. A participação nessa aula pode trazer muitos benefícios a essas crianças, particularmente no que diz respeito ao desenvolvimento das capacidades afetivas, de integração e inserção social (PCN'S, 1997, p.31)

É necessário que o professor busque informações para procurar a melhor maneira de estimular a participação ativa no decorrer das suas aulas. Pois cada tipo de deficiência exige um grau de flexibilidade, e com isso se faz necessário uma busca pela informação tanto de suas particularidades como suas possibilidades e limitações.

Durante as aulas, o professor tem que buscar novas ideias para abordar e permitir a participação de todos ao mesmo tempo.

Em relação à área da Educação Física Adaptada, esta surgiu oficialmente nos cursos de graduação através da Resolução 3/87 do Conselho Federal de Educação a qual prevê e orienta a atuação do professor de Educação Física para com o portador de deficiência e outras necessidades especiais. Entretanto, sabe-se que, muitos profissionais de Educação Física ainda atuantes nas escolas não receberam em sua formação conteúdos e/ou assuntos pertinentes à Educação Física Adaptada ou a Inclusão. Na escola, se “pressupõe, conceitualmente, que todos, sem exceção, devem participar da vida acadêmica, em escolas ditas comuns e nas classes ditas regulares onde deve ser desenvolvido o trabalho

pedagógico que sirva a todos, indiscriminadamente” (Carvalho, 1998 apud Melo & Freitas, 2009).

Sabemos que nem todas as escolas estão preparadas para receber o aluno portador de uma deficiência e muitos professores não se sentem preparados para atender adequadamente as necessidades daqueles alunos.

O esporte adaptado contribui para o desenvolvimento das crianças com deficiência. Suas limitações físicas não impedem a prática de atividades e exercícios. Em São Paulo existe a Associação Desportiva para Deficientes (ADD), criada pelo professor de educação física Steven Dubner e pela administradora de empresas Eliane Miada em 1996, onde crianças são estimuladas a fazer diferentes tipos de esportes. É uma instituição sem fins lucrativos que promove a inclusão social por meio de programas de incentivo à prática esportiva.

Segundo Sileno Santos, coordenador de programas esportivos adaptados na ADD, a atividade física é benéfica para qualquer pessoa, com ou sem deficiência. A instituição explica que o objetivo é, antes de tudo, trabalhar a iniciação esportiva da criança, para que ela se familiarize com a atividade física.

Atualmente as pessoas com deficiência física praticam esportes como: atletismo, arco e flecha, basquetebol em cadeira de rodas, bocha, esgrima em cadeira de rodas, halterofilismo, hipismo, iatismo, natação, rúgbi, tênis em cadeira de rodas, tênis de mesa, voleibol sentado, etc.

É através do processo de inclusão na aula de Educação Física, do esporte adaptado nas escolas, do primeiro contato com o esporte, que os alunos com deficiência se tornam mais independentes, aumenta a sua autoestima e acabam socializando cada vez mais sem receio. É por estímulos do esporte também nas aulas de Educação Física que são descobertos talentos para as paralimpíadas escolares que envolvem todos os estados brasileiros.

2.1.2.1.1 BREVE RELATO DAS PARALIMPÍADAS ESCOLARES

As paralimpíadas escolares é um evento composta por diversas modalidades esportivas na qual participam estudantes com deficiências físicas, visuais e intelectuais, que estão regularmente matriculados e frequentando instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação. Este evento é realizado pelo Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) que reúne todos os estados brasileiros.

Antes de se tomar qualquer iniciativa com relação ao desenvolvimento do esporte para crianças e jovens com deficiência na escola, o Vital Severino Neto, presidente da CPB, criar uma cultura do esporte paraolímpico no país.

De acordo com Chartier (1988, p. 25 apud Batagliom;Mazo), as práticas e representações culturais remetem para teias humanas que regulam as suas inter-relações, formando estruturas moldadas por grupos de poder. No caso das Paralimpíadas Escolares, apontam para a existência de redes de relações entre agentes (dirigentes de instituições e de órgãos públicos, professores, estudantes com deficiência, treinadores, chefes de delegação, entre outros) e instituições (CPB, Ministério do Esporte, secretarias de educação e/ou esporte das unidades federativas do Brasil, escolas, universidades, dentre outras), os quais parecem ter se interligado com vistas a alcançar a comum intenção de incremento do movimento paralímpico brasileiro. A forma encontrada para materializar seus fins, foi a realização de um evento paralímpico escolar. (Batagliom;Mazo).

Como uma primeira ação do Projeto Paraolímpicos do Futuro, com recursos da Lei Agnelo Piva, o CPB produziu o material didático intitulado “Manual de Orientação para Professores de Educação Física” para o desenvolvimento do esporte paralímpico escolar, tendo distribuição dirigida e gratuita no país (CONDE; SOBRINHO; SENATORE, 2006). Que trata um pouco da história do movimento, das características de cada uma das deficiências que são elegíveis para o paraolimpismo, da legislação que assegura o direito a cada um de ter o acesso à prática esportiva e como a escola inclusiva pode contribuir nessa caminhada.

O maior evento para atletas em idade escolar do mundo chega a sua 13ª edição no ano de 2019. Os 26 estados e o Distrito Federal foram inscritos, e cerca de 1.400 atletas-estudantes, de 12 a 17 anos, foram esperados. Ao todo 12 modalidades foram disputadas: atletismo, bocha, basquete em cadeira de rodas 3x3, futebol de 5, futebol de 7, goalball, judô, natação, parabadminton, tênis de mesa, tênis de cadeira de rodas e vôlei sentado.

Entre as edições das Paralimpíadas Escolares, o estado da Paraíba sempre se destacou e em 2019 terminaram na sexta colocação da classificação geral, com 35 medalhas de ouro, 17 de prata e 14 de bronze. E fica em 1º lugar do Norte/Nordeste totalizando 66 medalhas ao todo.

Atletas da delegação paraibana que conquistaram medalhas:

1º Dia de Competição:	2º Dia de Competição	3º Dia de competição
<p>Ouro - Lucas Gabriel - Lançamento de Pelota - F55 Ouro - Lucas Gabriel - 60m - T53 Prata - Samuel Vasconcelos - Lançamento de Pelota - F12 Bronze - Samuel Vasconcelos - 60m- T12 Ouro - Lucas Chaves - Lançamento do Dardo - F34 Bronze - Eduarda Trajano - 100m - T37 Ouro - Bárbara Beatriz - 100m - T11 Ouro - Hilary Esmeralda - 60m - T37 Bronze - Bruno Vinicius - 100m - T12 Ouro - Carlos Daniel - 100m - T43 Ouro - Emilly Rodrigues - Arremesso do Peso - F13 Ouro - José Mariano - 60 m - T43 Prata - José Mariano - Salto em Distância - T44 Ouro - Luiz Antônio - Lançamento de Dardo - F43 Ouro - Noely Vitória - 100m - RR22 Ouro - Maria Eduarda - Judô - categoria B Prata - Maria de Fátima - Judô - categoria B Prata - Salete Helen - Judô - categoria A Bronze - Tênis de Mesa por equipe</p>	<p>Ouro - Emilly Rodrigues- Lançamento do Disco - F13 Ouro - José Mariano - 150m - T44 Ouro - Hilary Esmeralda - Salto em Distância - T37 Ouro - Noely Vitória - 200m - RR2 Ouro - Lucas Chaves - Arremesso de Peso - F34 Ouro - Luiz Antônio - Arremesso de Peso - F43 Ouro - Arthur Sepryano - 250m - T21 Prata - Bruno Vinicius - 150m - Arremesso de Peso - F12 Prata - Arthur Sepryano - Arremesso de Peso - F21 Prata - Lucas Gabriel - F55 Bronze - Samuel Vasconcelos - 150m - T12 Prata - Jamilly Ferreira - Tênis de Mesa - Categoria B Bronze - Isllane Lavínia- Tênis de Mesa - Categoria A</p>	<p>Ouro - Lucas Chaves- Lançamento de Disco - F34 Ouro - Emilly Rodrigues - Lançamento de Dardo - F 13 Ouro - Bárbara Beatriz - Lançamento de Dardo - F11 Ouro - Bárbara Beatriz - 400m - T11 Ouro - Carlos Daniel - 400m - T43 Ouro - Jonatas Luiz - Salto em Distância - T20 Ouro - Noely Vitória - 400m -RR2 Ouro - Arthur Sepryano -Salto em Distância - T21 Ouro - Luis Antônio - Lançamento do Disco - F43 Ouro - Francisco Cordeiro - Salto em Distância - T43 Prata - Bruno Vinicius - 400m - T12 Prata - Hilary Esmeralda - Lançamento de Pelota - F37 Prata - Jonatas Luiz - 250m - T20 Prata - Evelyn Barbosa - Salto em Distância - T13 Bronze - Eduarda Trajano - 400m - T37 Bronze - Evelyn Barbosa - 400m - T13 Bronze - Pedro Henrique - 800m - T20 Bronze - Clara Beatriz - Salto em Distância - T42 Bronze - Gabrielle Joana - Salto em Distância - T20 Prata - Saymon Gomes - SH6 - Parabadminton Prata - Vitória Régia - SL3 - Parabadminton Ouro - Marcone Souza - 50m livre - S10- natação Ouro - Daniel Costa - 25m - SB5- natação Prata - Deivis Rufino - categoria B - Bocha Bronze - Laissa Polyanna - categoria B - Bocha Ouro - Futebol de 5</p>

Fonte: Elaborada pelo autor, 2019.

Os cinco primeiros estados foram São Paulo, Santa Catarina, Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais.

Segundo uma das professoras que representou a Paraíba, o bom resultado do estado nas Paralimpíadas Escolares é também através do projeto Paraíba Paralímpica que é distribuído em várias cidades, onde cada professor trabalha as atividades em vários polos

no estado. Como também o Festival Paralímpico brasileiro, que tem a intenção de mobilizar pessoas com deficiência em todo o território brasileiro por meio das atividades físicas.

3 METODOLOGIA

Para conhecer os desafios e conquistas de professores de Educação Física que se dedicam as temáticas de inclusão escolar, este trabalho foi desenvolvido através de uma pesquisa de campo, obtendo respostas claras e objetivas acerca do assunto. Optou-se por abordar uma pesquisa qualitativa com obtenção de dados descritivos, sendo obtidos no contato direto do pesquisador com o produto de pesquisa.

Os participantes da pesquisa foram quatro professores de Educação Física. O instrumento para coleta foi a partir de uma entrevista semiestruturada, para que se obtenham informações específicas acerca da temática e que dar a possibilidade e liberdade ao entrevistado para dissertar sobre o tema ou aspectos que considere relevantes (Cohen, 1989).

Pretende-se dessa forma apresentar os desafios e conquistas desses professores nas escolas onde atuam e em todo seu processo de desenvolvimento como profissionais na área da educação com o tema de inclusão escolar. A escolha dos mesmos se deu também por trabalharem a inclusão nas escolas regulares e também por levarem atletas-alunos do estado da Paraíba para competições. Que apesar das dificuldades encontradas se dedicam.

Com objetivo de coletar os dados da pesquisa, realizamos a entrevista no período de 21 de Setembro a 9 de Outubro.

O pesquisador entrou em contato com os professores para se encontrarem, assinar os termos e fazer a entrevista.

Para Lüdke e André (2003), a entrevista é o melhor método de comunicação e não é só uma relação superficial, pois permite uma interação mais completa entre pesquisador e o pesquisado.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Apresentamos nesse capítulo os resultados da entrevista feita com os professores de Educação Física, a fim de atingir o objetivo da pesquisa.

Foi identificado quanto ao perfil dos professores o seguinte:

- Dois do sexo feminino e dois do sexo masculino;
- Dois estão na faixa etária de 36 a 38 anos e dois de 41 a 42 anos;
- Três são efetivos e um não é;
- Três trabalham a mais de 15 anos e um a 6 anos;
- Um professor trabalha 40h semanais com ensino fundamental e médio; uma trabalha 45h com ensino fundamental e médio; outro professor trabalha 20h no ensino fundamental e médio; o professor que atua com parataekwondo trabalha 25h com educação infantil, ensino fundamental e médio;
- Três professores cursaram Educação Física na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) no ano de 2000, 2003 e 2004. E um está cursando e atua com lutas na escola;
- Dois possuem especialização e um possui formação de alto rendimento em Parataekwondo, e também treinador e técnico em Taekwondo e Parataekwondo;
- Três destes professores participam de formação continuada e um não;

Destacamos que os professores que possuem tanto tempo de profissão colaram grau em 2000, 2003 e 2004, buscam conhecimentos e atualizações também na área do paradesporto. O que não participa de formação continuada ainda não colou grau.

Ao perguntar o que acham da formação continuada todos acham importantes e destacamos a fala de um deles: *“Uma ferramenta superimportante para nosso trabalho, onde podemos aprender mais, discutirmos sobre como estamos trabalhando, se estamos no caminho certo.”*

Quanto ao relacionamento com os alunos deficientes um deles fala que a responsabilidade são bem maiores, dadas as necessidades específicas destes alunos. Destacamos a fala de uma professora que atua a 19 anos *“sempre procurei respeitar a participação dos mesmos nas minhas aulas, pois considero importante para o seu desenvolvimento, em todos os aspectos. Então dou muita atenção as minhas atividades, para que todos sem exceção, participem.”*

Quando perguntado como a turma se relaciona com os alunos deficientes, três falaram que ainda existe exclusão e uma professora destaca que busca um bom relacionamento através da construção de vínculos afetivos por meio da interação dos alunos na atividade. Destacamos ainda a fala de uma professora que diz não haver mais exclusão *“No início do ano, quando começamos as aulas, eles encontram dificuldades em entender os colegas com deficiência, mas, depois de conviver juntos, fazer as aulas e as atividades, não sente mais alguma barreira, valorizam o contato, procuram colaborar e respeitar os seus colegas.”*

Ao serem perguntados de que forma proporcionam a inclusão, destacam a criação e adaptação de materiais e a interação com todos. Uma professora fala que *“Planejando as aulas, os conteúdos a serem apresentados, trabalhando os esportes paralímpicos que possam ser aplicados na escola, com filmes, visitas a instituições, participação em jogos regionais, etc.”*

Na 5ª questão quando se pergunta as dificuldades encontradas, todos apontam a falta de materiais adequados e programas de formação. Um destaca

ainda que é *“Principalmente os pais, pois eles têm ainda o medo de ver os seus filhos superando limites e indo ao máximo, após esse primeiro contato tudo fica mais fácil, por que eles podem ver de perto que o trabalho é sério e o resultado é diário.”*

Ao serem questionados se trabalhar com estes alunos, os professores se sentem preparados em relação acadêmica, cursos de capacitação, formação continuada, mas que ainda há muito o que aprender. Mas destacamos a fala de um deles que diz o seguinte: *“temos muitos bons trabalhos que deveriam ser copiados nas universidades ou até em grupos de alunos e professores por que essas trocas de informações ajudam muito a crescer as modalidades, tive a sorte de ser pioneiro na minha modalidade e ter o apoio do COB e CPB na época, assim poder fomentar em vários estados, mas na PB infelizmente ainda não estamos sendo vistos.”*

Com relação a acessibilidade e infraestrutura que a escola oferece, três falam que sim, minimamente, mas buscam implementar. Destacamos a fala de um dos professores em que a escola buscou se adaptar *“assim que implantei o projeto o primeiro passo foi tornar toda a escola apta a receber esse novo público como se deve ser. Com rampas, banheiros, corpo docente, e principalmente dando apoio aos professores a seguirem com o projeto inclusivo.”* Já uma professora fala que não e faltam melhores estruturas.

Quando questionados se percebem aprendizagem e desenvolvimento desses alunos, todos os professores afirmam que sim e destacamos mais uma vez a fala de uma professora que atua a 19 anos *“sim, com certeza, tanto no aspecto motor, como no cognitivo, na convivência emocional e afetiva deles, é notável a evolução deles, como também dos alunos convencionais.”*

Em uma momento da entrevista foi pedido para relatar um pouco do seu ponto de vista, tanto positivo como negativo, de acordo com o trabalho de inclusão na escola e também na sua graduação. Destacamos a fala de dois professores, a primeira é do que atua a 15 anos: *“A inclusão é muito bonita no papel e na teoria, mas na prática é difícil de acontecer. A mídia, as universidades e o poder público investem muito pouco em ações que façam grande efeito na transformação da sociedade.”* A outra fala é de uma professora que atua a 19 anos e diz: *“Ao meu ver, na formação já deveríamos ter uma carga de estudos maiores nessa área, com pesquisas científicas, com aplicação efetivas dessas pesquisas, pois, enquanto na UEPB, temos uma disciplina de Ed. Física Adaptada, em outros centros maiores, temos um Departamento só para estudar a Ed. Física adaptada e suas aplicações. As escolas, em sua maioria não estão preparadas, faltam estruturas físicas, conhecimento da equipe pedagógica toda, do porteiro ao professor, as famílias precisam se engajar mais, a sociedade em si, entender, compreender e respeitar as pessoas com deficiências. JÁ AVANÇAMOS NESSA TEMÁTICA DA INCLUSÃO, MAS É PRECISO MUITO MAIS.”*

Um professor ainda destaca que o ponto positivo é que, mesmo sem apoio os projetos seguem crescendo e trazendo bons resultados, para as famílias e alunos-atletas.

Ao serem perguntados se existe ou já existiu preconceito, três responderam que sim, que ainda existe e fala: *“já presenciei sim, algumas vezes crianças que não queriam proximidade com o coleguinha, também professores que não se sentiam prontos pra trabalhar com a inclusão.”* Um professor fala que nunca presenciou e que todos treinam juntos e os resultados chegam juntos também.

Quanto as dificuldades de incluir os alunos com deficiência nas aulas de Educação Física, três professores falam que a adaptação dos materiais e uma fala que não tem nenhuma dificuldade em incluir.

Os professores contam que o maior desafio que já encontrou ou encontra nas suas aulas ou na escola é a falta de materiais e um destaca que *“Iniciar o projeto e adesão dos pais”*. *Esse primeiro contato é complicado por conta da insegurança deles, mas organizando um ambiente adequado, e um professor capacitado os resultados chegam.*

Com relação à qual é a maior conquista em trabalharem com estes alunos destacam:

“Vê-los progredir apesar de tantas dificuldades.”

“Conhecimento, amizade, realização pessoal e profissional, valorização da vida e aprendo a respeitar ainda mais as pessoas, sejam deficientes ou não.”

“O sorriso da conquista e união com os pais que é a melhor parte do projeto uma família que cresce e se mantém unida em cada etapa.”

“É preciso amar o que se faz e ter boa vontade de ousar no aprendizado, estratégias e didáticas para lidar com alunos deficientes ou dificuldade de aprendizagem.”

Por último foi deixado livre para qualquer comentário sobre inclusão nas escolas de Campina Grande- PB e os mesmos deixaram os seguintes comentários:

Professor que trabalha há 6 anos: *“Sabemos que no papel toda escola é inclusiva e tem um papel fundamental na inclusão dessas crianças e adolescentes. Mas temos que ir sempre além e incluir não apenas a estrutura escolar e sim toda a escola, alunos, funcionários e tornar tudo isso não uma obrigação e sim uma prática que muda toda as vidas. Sabemos que hoje em dia a sociedade está complicada mas temos esse papel de mudar, além da base familiar e sim a escolar onde eles irão vivenciar toda a evolução de uma aluno, e assim todos crescem. "NOSSA MISSÃO SEMPRE SERÁ INCLUSÃO" Ninguém fica para trás. Lutamos por algo maior todos os dias!*

Professora que trabalha há 16 anos: *“As unidades de Campina Grande- PB passaram por um processo de adaptação na infraestrutura e apoio de profissionais especializados, além da inclusão de material pedagógico para atender as crianças com algum tipo de deficiência. Mas ainda há muito que melhorar.”*

Professor que trabalha há 15 anos: *“A inclusão deve ser feita paulatinamente, começando pela formação de professores e alunos, conscientizando a sociedade e realizando eventos públicos que viabilizem a participação de pessoas com deficiência. Campina Grande ainda é muito fraca na inclusão verdadeiramente.”*

Professora que trabalha há 19 anos: *“Atualmente na rede municipal, já temos um trabalho mais ajustado, com salas de AEE, que podem ser parceiros da Ed. Física, ou vice versa, temos professores que se interessam por esta área, buscam estudar, se capacitar e aplicar de forma efetiva esse conhecimento adquirido têm competições que podemos levar nossos alunos e alunas, mas, queremos mais, queremos ter materiais de qualidade, formação pedagógica eficiente, queremos divulgar nossos trabalhos, para que possam compreender o que vem sendo realizado em nossas escolas, também precisamos que mais famílias coloquem seus filhos pra estudar, pra fazer esportes, pra se desenvolver, aprender, serem mais independente e ativo.”*

Vimos que os professores se empenham e se esforçam para que a inclusão aconteça.

5 CONCLUSÃO

O processo de inclusão continua sendo um desafio nas escolas regulares, no entanto, são superados quando temos profissionais que ultrapassam a barreira do preconceito e da exclusão, através da construção do conhecimento que faz com que a diferença seja vista como oportunidade e não apenas como uma dificuldade que não possa ser superada e ignorada.

Através dessa pesquisa de campo, vimos os principais desafios e conquistas de professores de Educação Física no ensino regular no município de Campina Grande-PB, mostrando que alunos com deficiências são inseridos em suas aulas como também ainda existe muita coisa para melhorar e evoluir quando se trata de educação inclusiva.

Como principais resultados da pesquisa, destacamos os desafios apontados dos professores, para inclusão dos alunos nas aulas de Educação Física:

- Falta de materiais adequados;
- Programas de formação;
- Insegurança dos pais de alunos;
- A acessibilidade e pouca infraestrutura nas escolas;

O professor para atuar com inclusão deve ter como base, na sua formação inicial e continuada, conhecimentos específicos. No entanto, falta formação continuada na área e as políticas educacionais implementadas não alcançaram o objetivo de levar a escola comum a assumir o desafio de atender as necessidades educacionais de todos os alunos e ainda é uma barreira para se superar.

Vale destacar também que o esporte paraolímpico tem se destacado nas escolas através das aulas de educação física desses profissionais nas escolas que atuam.

Na educação inclusiva, pressupõe que todos aprendam juntos, quaisquer que sejam suas dificuldades.

Após analisar a entrevista, os professores apontam a necessidade de incluir temas mais específicos sobre inclusão na formação acadêmica e na formação continuada, bem como apoio de profissionais especializados para auxiliar em sua atividade prática. E também uma preocupação em escolas de qualidade para todos os alunos.

Quando se trata das conquistas alcançadas dos professores é de tamanha satisfação ao ver o sorriso no rosto dos alunos ao participarem de suas aulas, independente da dificuldade. Mas para que a inclusão de fato ocorra é preciso a conscientização de todos. É necessário valorizar as diferenças, aprender e conviver com as diversidades por meio da compreensão e cooperação.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Débora do Nascimento Fernandes. **Educação Inclusiva, Política Educacional e Direitos Humanos: Uma Reflexão Sobre a Legislação Brasileira.**
- AMARAL, Marciliana Baptista. **Breve Histórico da Educação Inclusiva e Algumas Políticas de Inclusão: Um Olhar Para as Escolas em Juiz de Fora.**
- A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR.** Disponível em: <<https://blogeducacaofisica.com.br/inclusao-na-educacao-fisica/>> Acesso em 2 de Novembro de 2019
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC/SEESP, 2008.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.
- BRASIL. MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação.**
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais.** Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BRITO, Almeida Raul Fellipe, LIMA, João Franco. **EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA E INCLUSÃO: Desafios encontrados pelos professores de educação física no trabalho com alunos com deficiência.**
- CARDOSO, V., D., & Bastilha, R. R. (2010). **Inclusão de alunos com necessidades especiais na escola: reflexões acerca da Educação Física Adaptada.** EFDeportes.com, Revista Digital. Buenos Aires, 15(146).
- CARVALHO, E. R. *Temas em educação especial.* Rio de Janeiro: WVA, 1998.
- FERNANDES, F., O., & Júlio, M. G. (2010). **O profissional de Educação Física e sua atuação com portadores de necessidades especiais em academias.** EFDeportes.com, Revista Digital. Buenos Aires, 15(145).
- CIDADE, R, E, FREITAS, P, S. **Educação Física e Inclusão: considerações para a prática pedagógica na escola.** Revista Integração. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Ano14. Edição especial 2002 pg.26 – 30.
- CONDE, Antonio João Manescal; SOBRINHO, Pedro Américo de Souza; SENATORE, Vanilton. **Manual de Orientação para os Professores de Educação Física: Introdução ao Movimento Paraolímpico,2006.**

COSTA, Mateus Gisan de Moura. Henrich, Michel de Lemos. Rosa, Rodrigo Barbosa. **Educação Física Adaptada e Inclusão no meio Escolar**. Disponível em: <<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/educacao-fisica/educacao-fisica-adaptada-e-inclusao-no-meio-escolar/56404>> acesso em: 21 de Outubro de 2019.

Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, 2011.

FERRARESI, Silva (2017). **As Contribuições da BNCC Para uma Educação Inclusiva**.

FERREIRA, Flávia Martinelli (2014). **Educação Física Escolar e Inclusão: Alguns Desencontros**.

GIANDRA Anceski Bataglion, Janice Zarpellon Mazo. **PARALIMPIADAS ESCOLARES (2006-2018): EVIDÊNCIAS EM MÍDIAS DIGITAIS ACERCA DO EVENTO ESPORTIVO**

IANOSKI, André Luiz, LEVANDOSKI, Gustavo. Disponível em: <<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/esporte/oesporteadaptado-fatores-historicos-inclusao-e-qualidade-de-vida/8605>> acesso em 22 de Outubro de 2019.

IMPULSIONA (2018). **Como Trabalhar a Inclusão na Educação Física Escolar** <<https://impulsiona.org.br/como-trabalhar-a-inclusao-na-educacao-fisica-escolar/>> Acessado em 10 de Novembro de 2019.

MELO, T. A. F., & Freitas, A. (2009). **Educação Física Adaptada, uma prática de possibilidades no contexto escolar**. EFDeportes.com, Revista Digital. Buenos Aires, 14(136). <<https://www.efdeportes.com/efd136/educacao-fisica-adaptada-no-contexto-escolar.htm>> Acesso em: 26 de Novembro de 2019.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. **Verbete Declaração de Salamanca**. *Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil*. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<https://www.educabrazil.com.br/declaracao-de-salamanca/>>. Acesso em: 20 de out. 2019.

OLIVEIRA, Flávio Alves. Souza, Adriano Lopes de. Oliveira, George Souza. Diniz, Rafael Carlos Lavigne. Duarte, Ana Cristina Santos. **O papel do professor de Educação Física na inclusão de alunos com deficiência nas aulas de educação física escolar**.

https://www.researchgate.net/profile/Flavio_Oliveira9/publication/280737618_O_PAPEL_DO_PROFESSOR_DE_EDUCACAO_FISICA_NA_INCLUSAO_DE_ALUNOS_COM_DEFICIENCIA_NAS_AULAS_DE_EDUCACAO_FISICA_ESCOLAR/links/5836dc9808ae503ddb54dfa/O-PAPEL-DO-PROFESSOR-DE-EDUCACAO-FISICA-NA-INCLUSAO-DE-ALUNOS-COM-DEFICIENCIA-NAS-AULAS-DE-EDUCACAO-FISICA-ESCOLAR.pdf Acesso em: 26 de Novembro de 2019.

RODRIGUES, D. ***A Educação Física perante a educação inclusiva: reflexões conceituais e metodológicas.*** Disponível em < <http://www.scielo.com.br>. Acesso em 10 de Novembro de 2019.

SANTOS, Daiane Pinto dos. **Educação Física e Inclusão Escolar: Experiência, Formação de Professores e Práticas Pedagógicas.**

TODOS PELA EDUCAÇÃO (2018). **Educação Inclusiva: Conheça o Histórico da Legislação Sobre a Inclusão.**

Disponível em: <<https://www.todospelaeducacao.org.br/conteudo/conheca-o-historico-da-legislacao-sobre-inclusao>> Acesso em: 22 de Outubro de 2019.

VIEIRA, MARIA CLARA (2016) **Esporte adaptado: como ele contribui para o desenvolvimento das crianças com deficiências.**

APÊNDICES

**ROTEIRO DE ENTREVISTA COM PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA
DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE- PB**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA
ACADÊMICA: HERYCA KAROLLINY SANTOS DE OLIVEIRA
ORIENTADOR: PROF. ESPECIALISTA JOSÉ EUGÊNIO ELOI MOURA
TEMA: A INCLUSÃO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA:
DESAFIOS E CONQUISTAS DE PROFESSORES EM ESCOLAS NO
MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE- PB

PERGUNTAS

- 1) O que acha da formação continuada para professores?
- 2) Qual o seu relacionamento com os estudantes com deficiência?
- 3) Como a turma se relaciona com estes estudantes? Existe algum tipo de exclusão?
- 4) De que forma você proporciona a inclusão?
- 5) Quais as dificuldades encontradas para trabalhar com estes alunos?
- 6) Para trabalhar com estes alunos, se sente preparado (a) em relação acadêmica, cursos de capacitação, formação continuada?
- 7) As escolas que você trabalha a inclusão, oferece acessibilidade e infraestrutura?
- 8) Você percebe aprendizagem e desenvolvimento desses alunos?
- 9) Relate um pouco do seu ponto de vista, tanto positivo como negativo, de acordo com o trabalho de inclusão na escola e também na sua graduação.
- 10) Quanto ao preconceito, existe ou já existiu em suas aulas?
- 11) Quais dificuldades de incluir os alunos com deficiência nas aulas de Ed. Física?
- 12) Qual o maior desafio que você já encontrou ou encontra nas suas aulas ou na escola?
- 13) Qual é a maior conquista em trabalhar com estes alunos?
- 14) Como é e qual a importância de participar do Movimento Paralímpico?
- 15) Aberta para qualquer comentário sobre inclusão.

IDENTIFICAÇÃO

SEXO:

IDADE:

Professor efetivo: SIM () NÃO ()

Quanto tempo de trabalho?

Carga horária semanal:

Área de atuação: Ed. Infantil () Ens. Fund.() Ensino Méd. ()

Onde cursou Ed. Física?

Possui especialização?

Participam de Formação Continuada?

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TEMA: A INCLUSÃO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA:
DESAFIOS E CONQUISTAS DE PROFESSORES EM ESCOLAS NO MUNICÍPIO
DE CAMPINA GRANDE- PB

Prezado,

O senhor (a) está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada: **A INCLUSÃO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: DESAFIOS E CONQUISTAS DE PROFESSORES EM ESCOLAS NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE- PB**, sob a responsabilidade de: HERYCA KAROLLINY SANTOS DE OLIVEIRA e do orientador Prof. José Eugênio Eloi Moura, de forma totalmente voluntária.

Antes de decidir sobre sua permissão para a participação na pesquisa, é importante que entenda a finalidade da mesma e como ela se realizará. Portanto, leia atentamente as informações que seguem.

A pesquisa será de grande valia pois mostrará aos professores de Educação Física os principais desafios e também conquistas para que possam criar possibilidades para superar as barreiras da exclusão nas escolas que possam atuarem.

Para realizar esta pesquisa, apenas com sua autorização realizaremos a coleta dos dados através de uma entrevista.

Não haverá risco ou qualquer desconforto para os professores estudados, contudo pode haver a hipótese de ocorrer algum tipo de constrangimento social. Por isso, serão adotadas, conforme Resolução 466/2012, posturas de acordo com os princípios éticos e legais que terão como objetivo evitar possíveis constrangimentos ao público estudado.

Ao pesquisador caberá o desenvolvimento da pesquisa de forma confidencial.

O voluntário poderá se recusar a participar, ou retirar seu consentimento a qualquer momento da realização do trabalho ora proposto, não havendo qualquer penalização ou prejuízo. O participante terá assistência e acompanhamento durante o desenvolvimento da pesquisa de acordo com Resolução Nº. 466/12 do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde.

Os dados individuais serão mantidos sob o sigilo absoluto e será garantida a privacidade dos participantes, antes, durante e após a finalização do estudo. Os

resultados da pesquisa poderão ser apresentados em congressos e publicações científicas, sem qualquer meio de identificação dos participantes, no sentido de contribuir para ampliar o nível de conhecimento a respeito das condições estudadas.

Não haverá qualquer despesa ou ônus financeiro aos participantes voluntários deste projeto científico e não haverá qualquer procedimento que possa incorrer em danos físicos ou financeiros ao voluntário e, portanto, não haveria necessidade de indenização por parte da equipe científica e/ou da Instituição responsável. Desta forma, garante-se que todos os encargos financeiros, se houverem, ficarão sob a responsabilidade do pesquisador (Res. 466/12 IV 3.g e h).

- Em metodologia experimental: Vide Resolução 466/2012, IV 4.

Será garantido que o participante da pesquisa receberá uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Em caso de dúvidas, você poderá obter maiores informações entrando em contato com HERYCA KAROLLINY SANTOS DE OLIVEIRA através dos telefones 83 98825-8452 ou através dos e-mails: *HKAROLLINY@GMAIL.COM*, ou do endereço: Rua Florianópolis, N: 616, Rocha Cavalcante, Campina grande - PB. Caso suas dúvidas não sejam resolvidas pelos pesquisadores ou seus direitos sejam negados, favor recorrer ao Comitê de Ética em Pesquisa, localizada no 2º andar, Prédio Administrativo da Reitoria da Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande – PB e da CONEP (quando pertinente).

CONSENTIMENTO

Após ter sido informado sobre a finalidade da pesquisa A INCLUSÃO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: DESAFIOS E CONQUISTAS DE PROFESSORES EM ESCOLAS NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE- PB e ter lido os esclarecimentos prestados no presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, eu

_____ autorizo a participação no estudo, como também dou permissão para que os dados obtidos sejam utilizados para os fins estabelecidos, preservando a nossa identidade. Desta forma, assino este termo, juntamente com o pesquisador, em duas vias de igual teor, ficando uma via sob meu poder e outra em poder do pesquisador.

Campina Grande, _____ de _____ de _____.

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador

AGRADECIMENTOS

As minhas tias avós, também mães, Bernadete Oliveira Tavares e Iracema Maria de Oliveira, que sempre foram a base para o que sou hoje. Que sempre me apoiaram e se orgulharam para eu chegar até aqui, e me deram o maior amor que tenho em meu coração. Que me ensinaram a ser sempre verdadeira, paciente e amiga. Que me mostrou que a alegria é sempre bem-vinda ao lado delas, mas que minha alegria vem sempre de seus brilhos. Agradeço pelo amor que sempre souberam me dar e a cada palavra dada ao fim de todo semestre concluído. E por me mostrar que o que importa é se sentir bem, é fazer o bem.

À minha mãe por ser guerreira, ter uma personalidade forte e nunca desistir quando as coisas parecerem difíceis.

Aos meus primos irmãos, Áudrea Fabia e Fabiano Oliveira, que são espelhos para mim e sempre souberam me educar e mostrar o melhor caminho que devo seguir. Aos meus irmãos de sangue que também sempre estiveram presentes.

À Aracely Martins por estar presente na minha vida e em toda minha graduação. Por cada palavra de incentivo e amor.

Ao professor Mano Freire que me deu a oportunidade de participar do melhor projeto que pude vivenciar em minha graduação, na Universidade Aberta à Maturidade. Aos idosos que convivi e abracei a cada manhã. E a todos que participaram das minhas manhãs na UAMA, Ana, Birico, Glauce, Juliana e Jaderlandia.

Ao professor Eugênio Eloi Moura, ao longo dessa orientação e pela dedicação. Bem como a oportunidade de participar do projeto da COEL.

Aos demais professores que tive em todos os semestres. E a Jailson por sempre nos ajudar com sorriso no rosto.

Ao meu querido professor Givanildo Clementino por sempre incentivar desde cedo a prática do esporte que me trouxe até o curso de Educação Física.

E a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação.